



Processo nº: 39.470/08

Apenso nº: 150.002.074/04

Origem: Secretaria de Estado de Cultura

Assunto: Tomada de Contas Especial

MP Procuradora MÁRCIA FARIAS

Órgão Técnico: 2ª ICE

Advogados: Dr. Valério Alvarenga Monteiro de Castro (OAB/DF nº 13.398) e Dr. Henrique de Mello Franco (OAB/DF nº 23.016)

Sessão: Pauta nº 31, S.O. nº 4511, de 29.5.2012

Publicação: DODF nº 101, de 24.5.2012, pág. 12

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por irregularidades verificadas na prestação de contas dos recursos repassados ao Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, para a realização do projeto "*Corre Marvin!*", no ano de 2004. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação do responsável (Decisão nº 3.658/10-CSPM). Apresentação de defesa. Improcedência da resposta oferecida e cientificação do responsável para recolher o valor do débito (R\$ 113.931,25, Decisão nº 1.642/11-CSPM). Oposição de Embargos de Declaração. Embargos não conhecidos (Decisão nº 2.307/11-CSPM). Débito não recolhido. **PARECERES CONVERGENTES:** irregularidade das contas e aplicação das disposições constantes do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94. **VOTO** de acordo com os Pareceres. Lavratura de acórdão.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelas irregularidades verificadas na prestação de contas dos recursos repassados ao Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, para a realização do projeto "*Corre Marvin!*", no ano de 2004.



2. Efetuadas as apurações devidas a Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 140/146 do processo apenso) responsabilizou o Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa pelo prejuízo de R\$ 85.000,00 (valor original).
3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 17/10 (fls. 181 do processo apenso).
4. Na Sessão de 20.7.2010, o Tribunal determinou a citação do responsável (Decisão nº 3.658/10-CSPM, fls. 65).
5. O Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa apresentou as razões de defesa de fls. 80/83.
6. Na Sessão de 14.4.2011, a Corte, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.642/11 (fls. 94), com o seguinte teor:

DECISÃO Nº 1.642/11

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da defesa apresentada pelo Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, para, no mérito, considerá-la improcedente; II. autorizar, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, a cientificação do responsável para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o valor atualizado do débito indicado às fls. 179 do processo apenso (R\$ 113.931,25); III. dar ciência desta decisão ao Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, por meio de seus representantes legais indicados às fls. 83; IV. autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para adoção das providências de estilo.”

7. Por intermédio de seus representantes legais, o responsável ofereceu os Embargos de Declaração vistos às fls. 100/102, que não foram conhecidos pela Corte (Decisão nº 2.307/11-CSPM, fls. 106).
8. Devidamente cientificado o responsável não se manifestou e nem recolheu o débito que lhe fora imputado.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. A Instrução analisa estes autos nos termos seguintes:



“Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada, para apurar possíveis irregularidades em repasses de recursos públicos da Secretaria de Cultura do Distrito Federal para o senhor Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, referente ao Projeto Corre Marvi, conforme Termo de Contrato de Concurso nº 03/2004-SC, no ano de 2004.

2. A Decisão nº 3658/2010, de 20/07/2010, determinou a citação do responsável para apresentação de razão de defesa, em face do prejuízo apurado nos autos (fl. 65).

3. Na Decisão nº 1642/2011, de 14/04/2011, o Tribunal tomou conhecimento da defesa apresentada, considerando-a improcedente e autorizou a cientificação do responsável para o recolhimento do débito (fl. 94).

4. Na última assentada, Decisão nº 2307/2011, de 19/05/2011, a egrégia Corte, por unanimidade, deixou de conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo senhor citado (fl. 106).

5. O responsável foi cientificado, por meio do Ofício nº 026/2011-2ªICE/cient, em 08/07/2011 (fl. 109). O débito apurado nos autos foi de R\$ 120.858,27 (cento e vinte mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), atualizado até 27/04/2011.

6. Expirado o prazo para recolhimento da dívida, não houve qualquer manifestação por parte do responsável, tampouco constam elementos comprobatórios do recolhimento do débito.

7. Nesse sentido, pode o Tribunal julgar irregulares as contas com fulcro no art. 17, III, “a”, da LC nº 01/94 e, nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal, notificar o Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa para efetuar e comprovar o recolhimento da dívida a ele atribuída, no montante atualizado de R\$ 128.315,22 (cento e vinte e oito mil, trezentos e quinze reais e vinte e dois centavos), atualizado até 18/02/2012 (fl. 111).”

10. Concluindo, o Corpo Técnico propõe a irregularidade das contas e a cobrança do débito (R\$ 128.315,22, valor atualizado até 18.1.2012).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 169/12 da lavra da Drª. MÁRCIA FARIAS (fls. 116), endossa as conclusões da Instrução.

É o Relatório



VOTO

12. Em caso que tais: **auxílios** para a realização de filmes que, a critério dos órgãos colegiados da Secretaria de Estado de Cultura, mereçam tal apoio, mesmo contradizendo a Instrução e o Ministério Público tenho buscado sempre verificar se houve a conclusão do filme. Em várias ocasiões tendo constatado que o filme foi produzido, que cópias foram repassadas à Secretaria de Estado de Cultura e que este foi divulgado em festivais, escolas e comunidades carentes formei minha convicção pessoal no sentido de que irregularidades formais, tais como atrasos na conclusão do projeto, pequenos gastos não previstos inicialmente no Plano de Aplicação, bem assim, falhas atribuídas à própria entidade concedente, como falta de cobrança a tempo e hora da prestação de contas, entre outras poderiam ser relevadas... em nome da cultura e de seus cineastas.

13. Neste caso, no entanto, os fatos são outros e está perfeitamente descrito nos pareceres. Não tenho como contraditá-los.

Com estes esclarecimentos, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da cientificação do responsável;

II. julgue, nos termos do art. 17, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas do Sr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, em face da ausência de prestação de contas dos recursos públicos repassados por intermédio do Termo de Contrato de Concurso nº 03/2004-SC, nos termos do acórdão que submeto à apreciação do egrégio Plenário;

III. notifique, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, o referido responsável para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito apurado nos autos (R\$ 128.315,12, valor atualizado até 18.1.2012)

IV. autorize, desde logo, a aplicação dos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 01/94, caso não haja manifestação do responsável, no prazo sobredito;



V. autorize a devolução dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO (CDL)
RELATOR

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).



ACÓRDÃO Nº _____ de 2012

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável.

Processo TCDF nº: 39.470/08

Apenso nº: 150.002.074/04

Nome/Função/Período: Alexandre Augusto dos Santos Barbosa

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

Relator: Conselheiro, em Substituição, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: ausência de prestação de contas de recursos públicos repassados por meio do Termo de Contrato de Concurso nº 03/2004-SC

Débito imputado ao responsável: R\$ 128.315,22 (cento e vinte e oito mil, trezentos e quinze reais e vinte e dois centavos), valor atualizado até 18.1.2012.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea "a", e 20, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar o responsável indicado ao ressarcimento do débito que lhe é imputado, como também determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal. O débito está sujeito a atualização monetária até a data do seu efetivo pagamento nos termos da LC nº 435/01 e da ER nº 13/03.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2012

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

**MARLI VINHADELI
PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO (CDL)
RELATOR**

Fui presente:

Representante do MP